



A Conferência de Puebla: contexto e papel da juventude e da educação

The Puebla Conference: contexto and role of youth and education

Wellington Teodoro da Silva *

Paulo Agostinho Nogueira Baptista **

Giseli do Prado Siqueira ***

Resumo

Há 40 anos mais de 190 bispos latino-americanos, com a presença na sua abertura do recém-eleito Papa João Paulo II, estiveram reunidos para a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, no México, em Puebla de Los Angeles, entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979. O objetivo de se celebrar 10 anos de Medellín, para Paulo VI, era traduzir a sua Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* para a América Latina: da “evangelização no mundo contemporâneo” para a “evangelização no presente e no futuro da América Latina”. O contexto foi muito conturbado tanto pela realidade social, econômica, cultural e política quanto pela situação religiosa. Ditaduras, torturas, morte e desaparecimento de milhares de pessoas, guerrilhas de resistência, emergência do neoliberalismo, da direita e do neopentecostalismo, além da eleição de um papa que viveu sobre a perseguição comunista na Polônia, esse era o clima que afetou a Conferência. Nesse momento de celebração de quatro décadas desse importante evento, o objetivo do artigo é fazer memória do contexto sociopolítico e eclesial, além de recortar dois temas que se associam às pesquisas dos autores: juventude e educação. O método é definido como análise de conteúdo e documental, portanto, é de natureza bibliográfica. As conclusões mostram como a dinâmica do contexto atuou na redação do Documento. E que, apesar disso, foi possível avançar em alguns aspectos recortados - a juventude e a educação - que não deixaram também de apresentar suas limitações. Houve a definição de importante “opção preferencial pelos jovens”, uma das prioridades pastorais, e a educação foi definida como um dos meios para a comunhão e a participação.

Palavras-chave: Documento de Puebla. Juventude. Educação. Opção preferencial pelos jovens. Comunhão e Participação.

Abstract

Forty years ago, more than 190 Latin American bishops, attended by the newly elected Pope John Paul II, were gathered for the III General Conference of the Latin American Episcopate in Mexico, in Puebla de Los Angeles, between January 27th and February 13th, 1979. For Paul VI, The purpose of celebrating the 10th anniversary of Medellín was to translate his Apostolic Exhortation *Evangelii Nuntiandi* to Latin America: from “evangelization in the contemporary world” to “Latin America’s evangelization in the present and in the future”. The context was very disturbed for social, economic, cultural and political reality, as well as for the religious situation. Military dictatorships, torture, death and disappearance of thousands of people, resistance guerrillas, the emergence of neoliberalism, the right and neopentecostalism, and the election of a pope who lived under communist persecution in Poland, this was the environment that affected the Conference. In this moment of four decades celebration of this important event, the purpose of the article is to make memory of the socio-political and ecclesial context, besides recovering out two themes that are associated with the authors research: youth and education. The method is defined as content and document analysis, so it is bibliographic in nature. The conclusions show how the dynamics of the context acted in the essay of the document. And, despite of this, it was possible to move forward in some jagged aspects - youth and education - which also presented their limitations. An important “preferential option for young people” was defined as one of the pastoral priorities, and education was defined as one of the means for communion and participation.

Keywords: Puebla Document. Youth. Education. A “preferential option” for young people. Communion and Participation.

Artigo submetido em 14 de junho de 2019 e aprovado em 22 de dezembro de 2019.

* Doutor em Ciência da Religião pela UFJF. Professor do PPGCR PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: wteodorosilva@gmail.com

** Doutor em Ciência da Religião pela UFJF. Professor do PPGCR PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: pagostin@pagostin.com

*** Doutora em Ciência da Religião pela PUC-SP. Professora do PPGCR PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: gisqueirasoph@gmail.com

Introdução

A Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla (CELAM, 1979), que completou 40 anos em janeiro de 2019, foi um marco pastoral muito importante, realizando a intenção de Paulo VI (1975) de traduzir a *Evangelii Nuntiandi*, sobre a Evangelização no mundo contemporâneo, para o continente. Tal avaliação dessa importância pode ser medida pela sua recepção. Se num primeiro momento, dado ao contexto, havia uma visão pessimista, como mostra a avaliação de Libanio (1979), a narrativa que vingou foi extremamente positiva e, juntamente com Medellín, mostrou “a tomada de consciência e a afirmação da personalidade própria da Igreja latino-americana [...] de chegada à idade adulta da Igreja latino-americana” (COMBLIN, 1999, p. 201).

Puebla se diferenciou bastante, em muitos aspectos, em relação a Medellín, não só em razão da situação mais difícil da realidade histórica, mas porque não contou com a abertura e a participação mais ativa de assessores. Houve grande controle e centralização nos bispos. Houve grande diferença numérica entre as duas Conferências: Medellín contou com 249 participantes e Puebla com 364. Mas o peso episcopal foi total em Puebla. Se a Conferência de Medellín foi acusada de *peritonite* (ÁVILA, 1979), de ter a forte marca dos “peritos”, Puebla foi um documento episcopal. Mesmo que a maioria de uma das 21 comissões, que depois foram 22 comissões, votasse a favor de uma proposição, segundo Libanio (1979), “mas [se] os poucos bispos presentes não o quisessem, a emenda não vigorava”. Dom Luciano Mendes (1979) apresentou em entrevista à Vida Pastoral um quadro comparativo interessante sobre os participantes:

Quadro 1 - Comparativo de participantes de Medellín e Puebla

Participantes	Medellín	Puebla
Cardeais	6	21
Arcebispos	45	66
Bispos	86	131
Clero secular	41	45
Religiosos presbíteros	30	35
Religiosos não presbíteros	3	3
Religiosas	7	13
Leigos (homens)	13	23
Leigos (mulheres)	6	10
Observadores não católicos	12	5
Diáconos permanentes	–	4
Camponeses	–	4
Indígenas	–	4
Total de pessoas	249	364

Fonte: Mendes (1979).

Seu contexto, seja social, político ou cultural, sem falar no eclesiástico, foi bastante conturbado. Ditaduras em dezenas de países do continente latino-americano, o crescimento da direita e da repressão violenta, com milhares de desaparecidos, torturados e mortos, bem como a resistência armada na forma de guerrilha, enfim, essa realidade conflituosa marcou o clima da Conferência. Era o momento em que emergiam personagens como Thatcher, Reagan, os televangelistas como Swaggart e, no Brasil, o surgimento do neopentecostalismo. A Teologia da Libertação – TdL – era combatida tanto externa (TAMBS, 1980) como internamente, com forte oposição de parte do episcopado.

O contexto eclesiástico ficou complexo entre 1978 e 1979: a convocação da Conferência de Puebla por Paulo VI, em dezembro de 1977; a morte de Paulo VI em agosto de 1978 e, logo depois o falecimento de João Paulo I, com 33 dias de pontificado; a eleição e posse, em 16 de outubro de 1978, de João Paulo II, com 58 anos, o primeiro papa polonês, vindo de um país comunista, e primeiro não italiano depois de Adriano VI (1522). Tudo isso abre um novo horizonte para a Igreja. A

previsão de que a Conferência acontecesse em outubro de 1978 foi adiada para janeiro de 1979.

Desta forma, o Documento de Puebla – DP não poderia deixar de transparecer esses conflitos. A redação, quase o tempo todo, mostra essa tensão. O texto parece dialogar, em diversos momentos, com afirmações do papa em Puebla de los Angeles e na sua visita ao México. Os discursos do papa recém-eleito, que estão presentes no texto final, mostram essa conflitividade. As acusações de desvios, a crítica à Teologia da Libertação, TdL, a necessidade de afirmar “a verdade” (Cristo, Igreja e Homem) e de destacar a “unidade” (bispos, presbíteros e o povo fiel) mostram a ambiência da Conferência. Por isso, diferente de Medellín, não houve um momento de debate inicial, partiu-se já para a redação: “renunciou-se a esse primeiro momento de discussão, já que ela fora considerada encerrada e atacou-se logo a tarefa da redação. Evitaram-se os plenários nos primeiros dias, de modo que não puderam aparecer em público as divergências [...]” (LIBANIO, 1979, p. 59).

O Documento de Consulta (1977), conhecido como “livro verde”, e o Documento de Trabalho (1978), ou livro branco, acabaram sendo muito limitados e, praticamente, não foram aproveitados na redação das Conclusões de Puebla. A esperada marcante presença do Cardeal Alfonso López Trujillo, conduzindo a Assembleia, como fez através dos Documentos e reuniões preparatórias, acabou não acontecendo em razão de uma entrevista que ele concebeu e do vazamento de uma carta que ele escreveu ao bispo brasileiro Dom Luciano Duarte, e que estava no outro lado da fita da entrevista por ele entregue ao repórter. Por outro lado, as viagens e pronunciamentos de João Paulo II pelo México, vendo a triste realidade social, acabaram sendo muito mais marcantes, assim como a presença de bispos como Dom Aloisio Lorscheider, e os que assumiram a direção da Conferência: Dom Luciano Mendes (Brasil), Dom Marcos McGrath (Panamá), Dom Juan Flores (República Dominicana) e Dom Luis Bambarén (Peru), todos defensores da TdL. O único da comissão que não participava dessa visão era o argentino Dom Laguna.

O DP foi aprovado por 179 votos e apenas um voto em branco. Foram mais de 190 bispos presentes e cerca de 50 teólogos. O Documento foi organizado em cinco partes, não deixando de utilizar, como em Medellín, o método “teológico-pastoral” VER-JULGAR-AGIR. A primeira parte, o VER, mostra “A visão pastoral da realidade latino-americana”, com quatro capítulos: visão história, sociocultural, eclesial e as tendências atuais da evangelização. A segunda parte, como JULGAR, trata do “Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina”, com dois capítulos: conteúdo da evangelização (a verdade sobre Cristo, a Igreja e o Homem) e o que é evangelizar (critérios, cultura, religiosidade popular, libertação e promoção humana e ideologias e políticas).

É na terceira parte do DP que está o polo central do texto: comunhão e participação. Aqui começa, até à quinta parte, a dimensão do AGIR. Ela foi estruturada em quatro capítulos: centros de comunhão e participação (família, CEBs, paróquias e Igreja particular); agentes de comunhão e participação (hierarquia, vida consagrada, leigos e pastoral vocacional); meios para a comunhão e participação (liturgia, oração e piedade popular, testemunho, catequese, educação e comunicação social); e diálogo para a comunhão e a participação).

A quarta parte, também com quatro capítulos, trata da “Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina”. Aqui aparecem as opções importantes do texto: “Opção preferencial pelos pobres” (cap. 1), “Opção preferencial pelos jovens” (cap. 2), a “Ação da Igreja junto aos construtores da sociedade pluralista na América Latina”, e a “Ação da Igreja em favor da pessoa na sociedade nacional e internacional”. E a quinta e última parte apresenta o tema “Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais”. Além das opções, trata do planejamento pastoral, do “Homem novo” e dos “Sinais de esperança e de alegria”.

A partir dessa visão geral do DP é possível explicitar o recorte e o objetivo deste artigo: apresentar criticamente alguns aspectos do contexto sociopolítico e eclesial, assim como os temas da Juventude e da Educação nas Conclusões de Puebla. Conhecer o contexto da produção de um documento é fundamental para compreender e interpretar suas mensagens. Pela visão geral apresentada, já é

possível situar onde estão presentes na estrutura os temas da Juventude e da Educação. A Juventude aparece, logo na mensagem inicial do Documento, como uma das prioridades pastorais, ao lado da família e dos agentes de pastoral. Além disso, as Conclusões definem que os jovens fazem parte de uma opção preferencial, logo após a opção pelos pobres. Já a Educação aparece como um dos meios para a comunhão e a participação. É sobre isso que se discutirá a seguir, em três tópicos.

1 O contexto sociopolítico e eclesial da Conferência de Puebla

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano¹ ocorreu na cidade mexicana de Puebla de Los Angeles entre os dias 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Ela estava programada para acontecer em 1978 e fora convocada pelo Papa Paulo VI, em dezembro de 1977, com o tema “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”. Paulo VI havia publicado em 1975 um importante documento da Igreja que tratava justamente sobre a Evangelização no mundo contemporâneo – a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*. Seria agora discutida essa evangelização na América Latina. Mas sua morte, em 6 agosto de 1978, e a morte prematura do seu sucessor João Paulo I, em 28 de setembro, com pouco mais de um mês no pontificado, surpreendeu a todos. Fez com que o novo Papa João Paulo II, o 264º. da história, ao ser investido em 23 de outubro de 1978, primeiro papa não italiano há mais de 450 anos, adiasse a Conferência para o início do ano seguinte, para janeiro de 1979.

O continente passava por um processo de grande intensidade nas lides políticas. As décadas de 1950 a 1980 latino-americanas foram de particular dramaticidade por terem sido marcadas pelas situações políticas limites das ditaduras militares e dos movimentos guerrilheiros, além da crise econômica. Entre 1954 e 1979 treze países sofreram golpes militares de direita: Guatemala, Colômbia, Paraguai, Argentina, Brasil, Bolívia, Peru, Uruguai, Chile, República Dominicana, El Salvador, Equador e Nicarágua. Em 1959, à esquerda, houve a

¹ A Primeira Conferência foi em 1955, no Rio de Janeiro; a Segunda aconteceu em Medellín (Colômbia), em 1968.

revolução em Cuba. As vitórias das revoluções chinesas e cubanas motivaram a transformação da América Latina em um espaço de grande número de movimentos de guerrilha, que encontraram nas ditaduras e nos governos autoritários condições para construir legitimidade para sua existência. O recurso às armas acontece quando os demais canais de participação, pressão e persuasão política são inexistentes. Esses movimentos foram respostas às ditaduras e ao mando oligárquico-autoritário.

No momento em que aconteceu o evento de Puebla, movimentos civis também se organizavam contrariamente ao imperialismo, notadamente, o norte-americano. A chamada teoria da dependência era a grande referência para a interpretação do cenário político e econômico a orientar as ações. Mas não havia uma única teoria sobre a questão da dependência a unificar as práticas dos setores que se associavam ao pensamento de esquerda naquele momento. Por exemplo, a propositura de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto defendia o desenvolvimento sem rupturas com as estruturas que organizavam as relações de dependência; pensavam ser desejável o desenvolvimento subalterno sem alterar as regras do jogo. De modo diverso e mais digno, André Gunder Frank compreendia que não existia desenvolvimento na dependência, apenas a estagnação. Desse modo, apresentava a ação pela ruptura estrutural, revolucionária.²

A tragédia do empobrecimento da América Latina vinculava-se à teia político-econômica do capitalismo transnacionalizado e estabelecido hierarquicamente em estruturas férreas de dependência. As estruturas estabelecidas rotinizaram o processo de reprodução da dependência por meio de endividamentos. Em meados da década de 1970, o capitalismo passou pela crise de superprodução. Foi o final do ciclo iniciado após o fim da segunda guerra mundial.

² Segundo Silva (2011), o nome original daquilo que veio a ser conhecido como Teoria da Dependência é Teoria da Economia Retardada. Ela entendia que o subdesenvolvimento da economia se devia ao retardo dos seus meios de produção e da insuficiência de recursos. Ela desconsiderava o caráter estrutural dependente do subdesenvolvimento dentro da economia mundial. Propunha que a solução seria apenas injetar recursos nos setores deficientes da economia para o pleno desenvolvimento do país. Setores das esquerdas no Brasil já compreendiam a necessidade de virada uma estrutural/revolucionária para superar a condição do subdesenvolvimento. Vale citar o exemplo da matéria “subdesenvolvimento explode em guerrilhas”, publicado na primeira edição do jornal *Brasil, Urgente*, do dia 17 de março de 1963 (SILVA, 2011). André Gunder Frank se associa a esse modo de pensar o problema do subdesenvolvimento como podemos ler em Frank (1980) e também em Cardoso e Faletto (2004).

Atados à dependência, os países latino-americanos passaram por retrocessos no desenvolvimento com um aprofundamento do quadro de desigualdade social, desconhecido desde a superação do período colonial (BALANCO; PINTO; MILANI; 2003, p. 677).

O teólogo Gustavo Gutiérrez (1979) trata da questão da dependência como questão correlata ao processo de libertação latino-americano. No debate sobre a dependência, as proposituras de Gutiérrez nos permitem depreender que a dependência também é intelectual e interpretativa. Ele chama atenção para a originalidade dos estudos da teoria da dependência. Esses estudos sobre expansão dos países desenvolvidos e os impactos nos subdesenvolvidos foram feitos, inicialmente, por autores dentre os quais Gutiérrez destaca: Hobson, Rosa Luxemburgo, Lênin e Bukarin. Eles formularam a teoria do imperialismo e produziram conteúdos úteis, no entanto, elaboraram enfoques a partir dos países desenvolvidos.

Ao pensar o problema a partir dos países com economia em expansão, as questões próprias dos países periféricos não foram tratadas. A América Latina e os demais continentes vitimados por esse sistema internacional deveriam produzir suas interpretações. Não se deveria reproduzir o etnocentrismo europeu. O caso é reconhecer os limites e as potências das ideias e seus lugares (SCHWARZ, 2014). Os estudos latino-americanos da dependência tratavam de aspectos que os teóricos do imperialismo não poderiam se ocupar a partir do lugar de onde observavam e pensavam os problemas. As teorias formuladas pelos países centrais do poder econômico se alimentariam das formulações feitas a partir da periferia, do mesmo modo como a periferia se nutria com as formulações sobre o imperialismo.

Gutiérrez constata os insucessos econômicos das opções reformistas. Afirma que a nova consciência que surgia da realidade latino-americana acreditava que o desenvolvimento autêntico apenas aconteceria por meio da libertação do jugo dos grandes capitalistas e, de maneira especial, dos Estados Unidos. Esse processo levaria ao confronto, como de fato levou, contra as burguesias locais dos distintos

países latino-americanos, associadas ao capital externo. O peruano distancia o processo de libertação do desenvolvimentismo e o aproxima do intenso processo de radicalização política que, naquele momento, tinha na revolução cubana o papel de acelerador do processo político. Segundo ele, a revolução cubana “divide em um antes e um depois a história política recente da América Latina” (GUTIÉRREZ, 1979, p. 84). Identifica o socialismo como o campo majoritário mais fecundo e de maior alcance:

Estamos na América Latina, em pleno processo de fermentação revolucionária. Situação complexa e movediça, que resiste a interpretações esquemáticas e exige contínua revisão das posições adotadas. Seja como for, a insustentável situação de miséria, alienação e espoliação em que vive a imensa maioria da população latino-americana pressiona, com urgência, a encontrar o caminho de uma libertação econômica, social e política. Primeiro passo para uma nova sociedade. (GUTIÉRREZ, 1979, p. 85).

Durante o percurso dos séculos XX e XIX, a investigação acadêmica sobre essa porção do continente não pode prescindir de considerar as determinações das políticas norte-americanas, suas ingerências, apoio à queda de ditaduras, invasões militares e de paramilitares etc. O Documento de Santa Fé³, escrito em maio de 1980, foi redigido pela administração Reagan. Ele condenou aquilo que compreendia ter sido uma política frouxa para a América Latina da administração de Jimmy Carter. Considera que a América latina estava sob o ataque do comunismo e era necessário defendê-la, por ser importante para a estabilidade norte-americana. Chega a afirmar que a projeção do poder político global dos Estados Unidos descansa sobre um Caribe cooperativo e uma América do Sul que lhe ofereça apoio.

Esse documento propõe a neutralização da Teologia da Libertação e do clero a ela vinculado. Considera que o papel da Igreja Católica na América latina era vital

³ Este Documento, de trinta e uma páginas, foi escrito na cidade americana de Santa Fé (Novo México) em 1980 e teve como título “Las relaciones interamericanas: Escudo de la seguridad del nuevo mundo y espada de la proyección del poder global de Estados Unidos” (TAMBS, 1980). Em sua proposta n. 3, afirma: “La política exterior de Estados Unidos debe empezar a contrarrestar (no a reaccionar en contra) la Teología de la Liberación, tal como es utilizada en América Latina por el clero a ella vinculado. El papel de la iglesia en América Latina es vital para el concepto de libertad política. Desafortunadamente, las fuerzas marxistas-leninistas han utilizado a la iglesia como un arma política en contra de la propiedad privada y del capitalismo productivo, infiltrando la comunidad religiosa con ideas que son menos cristianas que comunistas.”

para aquilo que ele reputava como liberdade política. Segue a cartilha antimarxista das últimas décadas, que considera tudo que não fosse estritamente reacionário, e naquele momento pró neo-liberalizante, como comunismo. Assevera que o marxismo-leninismo usava a Igreja Católica como uma arma política contra a propriedade privada e o capitalismo produtivo. Suas ideias seriam mais comunistas que cristãs. O tema da religião como lugar fomentador de práticas e sentidos políticos da realidade tornou-se algo evidente, bem no momento que acontecia a Conferência de Puebla e a volta ao Irã do aiatolá Khomeini, precipitando a revolução iraniana. Temia-se que a Teologia da Libertação cumprisse papel análogo em uma revolução latino-americana.

É indevido tratar setores do catolicismo como marxista-leninista. Efetivamente, nos diálogos entre marxistas e cristãos era um tanto comum que os últimos reivindicassem a condição de revolucionários antes do marxismo existir, enquanto formulação teórica da história: o cristianismo é revolucionário há 2000 anos. No entanto, é um erro acreditar que o catolicismo latino-americano no período era formado apenas por posturas progressistas. O catolicismo foi apropriadamente definido por Carl Schmitt (1998) como *complexio oppositorum* por causa das distintas oposições que existem no seu interno. Ele reproduz internamente as múltiplas compreensões de mundo e de sociedade, bem como as distintas posições políticas existentes na sociedade ampla. Ao seu modo, vive o jogo da construção das hegemonias sem se identificar a um momento dialético.

O que aconteceu em amplos setores nomeados de progressistas do catolicismo latino-americano pode ser, ainda que precariamente, definido como a incompatibilidade da antropologia cristã, centrada na compreensão do ser humano como pessoa, com o funcionamento do capitalismo de mercado, centrado no indivíduo dentro da estrutura da dependência imperial. Além disso, há a nova autocompreensão da Igreja, elaborada pelo Concílio Vaticano II, como comunidade de fiéis, como Povo de Deus, que supera a clássica identificação com a hierarquia. Esse giro hermenêutico conduziu a instituição ao diálogo e ao enfrentamento com valores do mundo moderno, com recusa tanto ao capitalismo como da experiência

do socialismo real do século XX. Foi um erro, e segue sendo, associar os setores progressistas do catolicismo ao socialismo real, na tentativa de defender o capitalismo. Esse problema foi resolvido nos documentos do magistério como recusa aos materialismos/ateísmos dos dois sistemas econômicos. O socialismo, em sua versão bolchevique, foi definido como declaradamente ateu e promotor do ateísmo, além de persecutório das religiões. O capitalismo, por seu lado, também ateu em seu funcionamento, fundamento e concepções, se organiza a partir dos interesses do capital. Ele deixa de fora de seu interesse e organização a dignidade da pessoa humana feita à imagem de Deus, feita pelo/por/para o Amor.

O amplo contexto que antecedeu e depois seguiu à Conferência de Puebla não poderia ser desenvolvido em pouco tempo e espaço. Porém, é importante ainda recordar a Comissão Trilateral, grupo que exerceu fortes influências econômicas e políticas, e que nasceu da iniciativa do banqueiro americano David Rockefeller em 1973. Outro fenômeno importante foi a ascensão ao poder da primeira ministra britânica Margaret Thatcher, fundamental nas políticas neoliberais que se desenvolvem a partir daí, com a desregulamentação do setor financeiro, as privatizações, a redução do papel dos sindicatos, o crescimento do desemprego e decréscimo de políticas públicas... Ao lado disso, o crescimento da nova direita, como da direita cristã e do fundamentalismo cristão, será muito importante para a eleição do ator de faroeste e presidente americano Ronald Reagan, em 1981. Antes dessa eleição, e contribuindo para ela, em 1979 surgia a Maioria Moral (Moral Majority), com o pastor batista Jerry Falwell, ao lado de outro fenômeno religioso-midiático significativo: os tele-evangelistas, como Jimmy Swaggart, que foram importantes na difusão do pentecostalismo americano. E não menos importante, houve a eleição de um papa não italiano, oriundo de um país socialista, marcado pela repressão, inclusive religiosa.

Em seu discurso inaugural, o papa João Paulo II revela esse contexto, as matrizes das divergências da Igreja Católica no período, as “pressões e suspeitas” (HORTAL, 1979). Elas alcançarão as décadas seguintes contribuindo para a forte pressão sobre a Teologia da Libertação, que figurou como um dos movimentos

intelectuais mais sofisticados e criativos da história do continente. A experiência do papa, quando viveu no socialismo do leste europeu, marcou-o ao ponto de criar filtros em sua observação da novidade latino-americana. Compreendeu essa teologia como ideologia, modismo teológico, redução do cristianismo às categorias do político ou tradução do socialismo em categorias cristãs.

Por outro lado, os teólogos latino-americanos não compreenderam adequadamente a natureza e as experiências dos cristãos no socialismo do leste, fortemente marcadas pelo bolchevismo. O contato com os marxistas da América Latina acontecia em registros diferentes, se comparado com o Leste. O bolchevismo soviético e sua área de influência, incluindo a Polônia, tiveram grandes dificuldades com os religiosos, incluindo a perseguição. A própria formação do clero chegou a ter momentos de clandestinidade. Foi nesse mundo chamado de socialismo, inadequadamente, que se forjou a mentalidade de fé de Karol Wojtyła. Contudo, ele compreendeu as diferenças entre a América Latina e o Leste Europeu ao longo de seu pontificado. Isso pode ser identificado em seus discursos e posturas por ocasião de sua visita a Cuba, no ano de 1998, quando não agiu no sentido de combater o regime caribenho, como fez na Polônia. Ele chegou a pedir que o mundo se abrisse a Cuba e que Cuba se abrisse ao mundo. Não fez discurso ou ação contra a natureza do socialismo (MINÁ, 1999; TEJADA, 1997).⁴

João Paulo II, no discurso inaugural em Puebla, partindo do lugar de pastor universal, lembra que o encontro que se realizará também é de pastores da Igreja. Fortalece essa identidade do encontro. Lembra que não se trata de um encontro de peritos, políticos, cientistas ou técnicos. Ao fazer isso, distingue a verdade humana racional, que não é objeto do encontro, da verdade que vem de Deus. Essa constatação é desnecessária vez que os bispos também compreendiam dessa forma, por força de seus lugares na hierarquia e por se tratar de quadros de bem formados e convencidos dos valores da fé cristã católica.

⁴ Sobre esse tema, vale ler Bernstein e Politti (1996).

O papa marca essa diferença como modo de dizer, pois considera que o movimento, que via no continente, possuía tintas mais fortes da política, em seu sentido estrito, do que da Igreja. Recorda o dever de velar pela pureza da doutrina. A ênfase na “pureza” não é acaso, revela a visão do papa polonês de que a política e o marxismo, sobretudo, estavam permeando a doutrina, contaminando sua pureza com consequentes desvios de fé.

Fala quase que nominalmente à Teologia da Libertação e aos estudos populares da Bíblia, que certamente ele não conheceu profundamente, tanto é que alerta contra aquilo que chama de releituras da Bíblia, feitas mais como resultado de especulações teóricas e menos como “autêntica meditação da palavra de Deus e de um verdadeiro compromisso evangélico. Diz que elas causam confusão ao afastarem-se “dos critérios centrais da fé” (DP, p. 16)⁵. Desse modo, desnaturalizam Jesus Cristo apresentando-o como um profeta que anuncia o reino de amor de Deus, mas silenciam sobre a sua divindade.

Acusa que, apagando a divindade de Jesus, ele chega a ser visto como lutador de causas políticas contra a dominação do império romano, implicando-se, inclusive, na luta de classes. Alerta que esse Cristo, revolucionário e político, não é o mesmo do catecismo da Igreja Católica. A partir dessas críticas, deve-se questionar sobre as fontes de informação do pontífice sobre a realidade da Igreja Latino-Americana. As pessoas que forneceram informações para o líder podem ter passado notícias filtradas segundo as suas vontades. Vale perguntar quem eram seus interlocutores privilegiados no continente, e também pensar que os interlocutores são escolhidos por afinidades.

Nesse sentido, o contexto eclesial de Puebla não foi tranquilo, pelo contrário. Desde que assumiu a Secretaria do Conselho Episcopal Latino-americano – CELAM, pouco depois de Medellín, em 1972, dom Alfonso Lopes

⁵ Para facilitar as referências utilizadas do documento “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Puebla: Conclusões” se utilizará a sigla DP (Documento de Puebla) e o número do parágrafo ou página (quando se tratar dos discursos de João Paulo II), conforme forma tradicional de citação desses documentos. A exceção ocorrerá para a Apresentação Didática do Pe. J. B. Libanio, quando a citação se referirá ao autor e à página do seu texto.

Trujillo, colombiano, bispo em Bogotá e arcebispo em Medellín por ocasião de Puebla, e que seria nomeado Cardeal em 1983, se tornou, provavelmente, a principal fonte de informação sobre a realidade latino-americana para o Papa. Começou um combate contra aquilo que ele considerava a infiltração comunista na Igreja: a teologia da libertação, as CEBs, os estudos populares da Bíblia, tudo isso tinha uma orientação política comunista, segundo Trujillo.

O primeiro documento produzido pelo CELAM, em preparação para a Conferência, de dezembro de 1977, intitulado “Documento de Consulta”, depois de muitos eventos organizados para alertar e “preparar a opinião pública”, recebeu fortes críticas em toda a América Latina, especialmente no Brasil. Novo texto só apareceria em setembro de 1978, com o título de “Documento de trabalho”. Era um texto melhor, mas também muito limitado e acabou não sendo utilizado. Nesse ambiente, a expectativa era que Puebla seria uma Conferência muito problemática, com a predominância de delegações episcopais muito conservadoras, inclusive a brasileira.

Segundo José Comblín (2006), o que mudou essa realidade e surpreendeu foi a presença e a visita, por todo o México, do Papa João Paulo II. Encontrando-se com índios, operários, houve declarações do Papa sobre a situação social que, apesar das críticas à TdL, repercutiram bem na Conferência. Também o “eco” da *Evangelii Nuntiandi* se fez ouvir, articulando evangelização e libertação, como afirmava seu n. 9: “Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem [...]”. E por fim, houve um evento inesperado, a divulgação de carta do secretário geral Trujillo que produziu grande constrangimento na Conferência, na qual ele se “expressava de maneira grosseira a respeito dos teólogos latino-americanos.” (COMBLIN, 2006). Com isso, o secretário perdeu o fio condutor, assumido por bispos como Dom Luciano Mendes de Almeida, da equipe de coordenação, e também Dom Aloísio Lorscheider, presidente do CELAM, que fez um pronunciamento, um dia após o discurso do Papa, mostrando que o “problema

básico da evangelização da América Latina era a situação de injustiça e de opressão que viviam as massas latino-americanas.” (COMBLIN, 2006; DP, n. 45-50).

Mesmo o papa chamando a atenção para aspectos da documentação que serviram para a preparação da Conferência, como o mal-estar com respeito à missão e à natureza da Igreja, quando separa a Igreja do Reino de Deus, o documento não assumiu essa visão. Os quase 50 assessores, muitos teólogos da Libertação, convidados a assessorar os bispos nas madrugadas, pois foram proibidos de participar da Conferência, discordaram seguramente da visão do Papa no seu discurso inaugural quando disse:

ao Reino não se chegaria pela fé e pela pertença à Igreja, mas pela melhor mudança estrutural e pelo compromisso sociopolítico. Onde existir um certo tipo de compromisso e de práxis pela justiça, ali estaria presente o Reino. Esquece-se deste modo que: “A Igreja [...] recebe a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus e instaurá-lo em todos os povos e constitui na terra o germe e o princípio deste Reino.” (LG 5). (DP, p. 20-21).

O Papa tinha sua atenção voltada para as mediações teóricas, como a teoria da dependência, sobretudo aquela mediada pelo marxismo, por causa de sua proposta de ruptura revolucionária na direção do socialismo. Pensa que a visão da Igreja não necessitava de valer-se de sistemas e ideologias para colaborar com a libertação do ser humano. Naquele contexto em que a guerra fria estava prestes a ser intensificada pelo futuro governo Reagan, defende que a Igreja deveria manter-se livre em relações aos sistemas opostos – capitalismo e socialismo. Contudo, o papa não abraça o capitalismo liberal em sua sanha de absolutizar a propriedade privada, assegurando que era urgente o ensinamento da Igreja sobre o fato de pesar uma hipoteca social sobre cada propriedade privada. Contudo, compreende que esse ensinamento se realizará pela ação da Igreja sobre as mentalidades: seus ensinamentos, a formação da consciência pública etc.

É razoável supor que o João Paulo II tinha todos os recursos para compreender que a Teologia da Libertação não se reduzia a uma teoria política ou ideológica. Da mesma forma que estava ao seu alcance compreender que a América

Latina é lugar de experiência de limites da condição humana na miséria, exploração e torturas pelos Estados ditatoriais. Esse ambiente impacta os modos de manifestação religiosa das comunidades e o fazer teológico nativo. Esses teólogos não iniciaram uma nova matriz magisterial. Como se afirmou acima, essa espécie de má vontade em compreender a Igreja latino-americana em seus próprios termos deve-se muito à experiência do Papa com o socialismo do Leste europeu.

Como documento construído num momento mundial conturbado, Puebla acabou representando um avanço importante para a Igreja latino-americana, fazendo germinar em muitos aspectos as sementes plantadas em Medellín. Deve-se destacar do Documento Final, ao se concluir essa contextualização, o método ver-julgar-agir, que começa pela visão socioestrutural da realidade latino-americana (1ª. parte), com as feições concretas das pessoas que sofrem e são oprimidas; e, na 4ª. parte, a opção preferencial pelos pobres (capítulo I); e a opção preferencial pelos jovens (capítulo II). Puebla, ainda, não se esquece de chamar a atenção para a “construção de uma sociedade pluralista”, e a opção pelos pobres não contradiz esse processo e as CEBs são consideradas espaço privilegiado “onde tudo isso procura ir se concretizando” (SOUZA, 1979).

E quanto aos dois recortes deste artigo sobre esta Conferência pode-se perguntar: houve avanço sobre a visão da Juventude? E quanto à educação? É o que será tratado a seguir.

2 A juventude no Documento de Puebla

A situação da juventude latino-americana pós-Medellín, especialmente no ambiente cristão, era de tensão e até de perseguição, em razão do envolvimento de muitos jovens com os grupos de resistência às ditaduras. Não há dados seguros, mas houve ditaduras, como a da Argentina, que provavelmente produziram mais de 30.000 mortos/desaparecidos. O Chile também se destaca. Num relatório de 2011, chega-se ao número de 40.000. No Brasil, segundo a Comissão da Verdade, foram 425 mortos.

Essa realidade atingiu católicos e protestantes de diversas denominações, como os católicos da Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC), e os protestantes, da União Cristã dos Estudantes do Brasil – UCEB, da Federação Universal dos Movimentos Estudantis Cristãos – FUMEC. Em 1968 houve a última reunião da JUC, em Piracicaba. A JOC ainda se manteve, mas com grupos dispersos. Havia grupos que seguiram na perspectiva da JUC, numa visão de esquerda. Mas começa grande crescimento de grupos e movimentos numa linha mais espiritualista, os “Movimentos de Encontro” nacionais, como os cursos de Treinamento de Lideranças Cristãs – TLC, os Cursilhos de Cristandade, os Encontros de Jovens com Cristo (EJC), o Movimento de Emaús, o Movimento Construindo e a Comunidade Shalom. Mas também grupos internacionais, como a Renovação Carismática Católica - RCC, de origem americana (SOFIATI, 2011); o movimento italiano Geração Nova (GEN), filiado aos focolares; o movimento mariano alemão da Juventude Schoenstatt; o italiano Comunhão e Libertação; e a Juventude Franciscana (JUFRA), também italiana. (CNBB, 1998, p. 97-100).

Se a palavra “igreja” aparecia no documento de Puebla quase mil vezes (955), “juventude” surge em 55 vezes e as expressões “jovens/jovem” com 80, menos da metade que “pobres/pobre”, com 183 referências.

Na estrutura do DP, a Juventude está presente na “Mensagem aos Povos da América Latina” e na 4ª. parte, que trata da “Igreja Missionária a serviço da Evangelização na América Latina”. Aqui, ela aparece, de forma significativa, no capítulo II, através da “A opção preferencial pelos jovens”. Portanto, há um capítulo dedicado aos jovens. Mostra a “situação da juventude”, como corpo social, na América Latina e na Igreja, apresenta critérios pastorais e opções pastorais, quando discute a “opção preferencial”, aplicações, formação, participação e “comunhão e compromisso”. Esse tema da juventude foi trabalhado pela Comissão n. 18 (COMBLIN, 1999, p. 218).

Apesar da pertinência das críticas (SOBRINO, 2019; SBARDELOTTI, 2019, p. 271; COMBLIN, 1999), que mostram que Puebla enfraqueceu “a opção pelos pobres, adjetivando-a”, como “preferencial”, “evangélica”, “não exclusiva”

(LIBANIO, 2007, p. 30), e talvez até a fez menor, pois logo em seguida coloca a “opção preferencial pelos jovens”, não há dúvida que a recepção desse documento ultrapassou a materialidade do seu texto. E essa opção pelos jovens, apesar dos pesares, fez avançar, como desencadeou, muitas ações na perspectiva de uma pastoral orgânica da juventude (DICK, 2010, SILVA; ROCHA, 2018; DP, n. 1125).

Na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (PAULO VI, 1975), o n. 72 havia chamado a atenção para que os jovens fossem compreendidos como os “apóstolos da juventude”. E João Paulo II, no Discurso Inaugural em Puebla (28 de janeiro de 1979), havia destacado a juventude, depois da família e das vocações sacerdotais e religiosas, como tarefa prioritária, dizendo: “Quanta esperança a igreja nela coloca! Quantas energias circulam na juventude, da América Latina, de que a Igreja necessita. Como devemos estar próximos dela [...]”. (DP, p. 31).

Depois de 40 anos, pode-se perguntar: a igreja depositou mesmo essa confiança e esperança na juventude, aproveitou essa energia juvenil, ou ao contrário, deu marcha à ré nessa opção?

Segundo Comblin (1999, p. 218), o texto da opção preferencial pelos jovens foi muito limitado: “ficou pobre. Ainda não tinham aparecido os fenômenos pentecostais e a adesão maciça da juventude ao estilo carismático. Ficou claro que os bispos nada tinham a oferecer aos jovens.” Porém, isso não impediu que essa opção produzisse frutos. Como se percebe no Documento do CELAM “Civilização do amor: tarefa e esperança”, do Setor Juventude, criado em 1976, a PJ ganhou nova perspectiva com Puebla, já desde antes do evento:

Promovió también el intercambio entre los países y su participación activa en la preparación de la Tercera Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, convocando durante 1977 y 1978 Encuentros Regionales de Pastoral Juvenil que se realizaron en Bogotá, México y Puntas de Talca (Chile). Fruto de esos primeros pasos de organización continental y de la creciente presencia de los jóvenes y de la pastoral juvenil en la vida de las comunidades parroquiales y diocesanas, fue la opción preferencial por los jóvenes proclamada en Puebla, en enero de 1979. De la misma Tercera Conferencia saldrá la decisión de proponer como meta y desafío para la juventud latinoamericana, la construcción de la Civilización del Amor. Desde Puebla, a través de numerosos y diversos programas, la Sección de Juventud se ha convertido en importante fuerza dinamizadora de la

animación, del estudio y la investigación, de la formación de agentes pastorales y de la difusión de las orientaciones y propuestas de la Pastoral Juvenil en el continente. (CELAM, 1995, p. 46-47).

Mas é importante fazer uma análise geral do DP sobre a juventude para entender melhor sua visão e proposta.

Na Alocução Introdutória aos Trabalhos, feita por Dom Aloísio Lorscheider, presidente do CELAM, destaca-se, logo após a explicitação da “Natureza do documento de Trabalho”, na visão da realidade pastoral, a “vitalidade”, fazendo referência a “uma **vida de fé mais profunda** por parte de muitos jovens” (DP, p. 47). Dom Aloísio dará o tom da Conferência, desde o início de sua fala, referindo-se à “**defesa ou a proclamação da dignidade da pessoa humana**”, e principalmente levantando a pergunta: “qual é a AÇÃO MAIS URGENTE, a que deve ter PRIORIDADE, e quais os setores mais necessitados de evangelização?”. Sua resposta aponta para a ampliação dos evangelizadores, de uma igreja ministerial (“ministros nativos, autóctones”) e nos setores: família (destacando a mulher), juventude, indígenas, camponeses, o mundo operário, os afro-americanos e os meios de comunicação (DP, p. 49). E na conclusão, volta a se referir à juventude, dizendo que a “responsabilidade nova da América Latina [...] é o aprofundamento da fé, que deve ser mais operativa, e isto através da família, da juventude e das comunidades eclesiais de base com mentalidade missionária” (DP, p. 50).

Uma novidade do Documento de Puebla é, logo no início, trazer um pedido de perdão, assumindo que “estamos longe de viver tudo o que pregamos” (DP, p. 82). E colocar também a juventude como prioridade pastoral. O n. 6 do DP faz um convite aos jovens: “vencer os obstáculos que ameaçam seu direito de participação” e que agora é o momento da “reflexão e da aceitação plena do desafio de viver, em plenitude, os valores essenciais do autêntico humanismo integral” (DP, n. 6). Percebe-se, ainda, nesse n. 6 do DP, a visão negativa comum dos mais velhos e do episcopado sobre o jovem, falando de “ausência pecaminosa”, da “triste capitulação ante os imperativos do prazer, do indiferentismo ou da solidão voluntária e

improdutiva” ou dos protestos em “formas exóticas ou através de exaltações intempestivas”. Mas houve recepção ao convite, que produziu muitos frutos na Pastoral da Juventude.

O DP, na visão sociocultural da América Latina, mostra diversas feições, dentre elas das crianças abandonadas, exploradas e “golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer”, e dos jovens “desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados”, tanto no campo quanto nas cidades, marginalizados por “falta de oportunidades de capacitação e de ocupação” (DP, n. 32 e 33). É interessante observar que não se fala das feições das mulheres. A mulher só aparecerá no n. 126, no tópico dos leigos, começando por tratar das religiosas, para depois falar das “simples leigas”.

Na visão da realidade eclesial, mostra que o indiferentismo atinge diversos grupos e setores como a juventude (DP, n. 79), e mais adiante, volta ao tema do prazer, referindo-se a jovens que o buscam unicamente, ou visam à “conquista de posições lucrativas e de prestígio”, sem identificar que esses jovens são a minoria. Contudo, diz ainda que há jovens comprometidos com os pobres (DP, n. 95).

É curioso que no capítulo II, da terceira parte (Evangelização na Igreja da AL), que discute os Agentes de Comunhão e Participação, ao tratar dos leigos, depois, é claro, da hierarquia e da vida consagrada, não se fala do jovem. Os jovens aparecem nos grupos e movimentos de juventude, como “lugares privilegiados da pastoral vocacional” (DP, n. 867).

Mas o lugar mais importante do DP quanto aos jovens está no capítulo II – a opção preferencial pelos jovens –, da 4ª. parte, sobre A Igreja Missionária à serviço da Evangelização na AL. Na introdução dessa parte, há a associação dos pobres e dos jovens ao se afirmar que eles “constituem [...] a riqueza e a esperança da Igreja na América Latina e sua evangelização é, por conseguinte, prioritária” (DP, n. 1132). São dedicados 40 números (1166 a 1205) aos jovens, mostrando a realidade da juventude (1167-1181), sua situação, seu papel no corpo social, na América

Latina e na Igreja; os critérios pastorais (1182-1185) e o jovem na Igreja; e as opções pastorais (1186-1205), abordando a opção preferencial, aplicações concretas (comunhão e compromisso e formação e participação).

Que análise se pode fazer desse capítulo da opção pelos jovens? O DP não avança em caracterizar o fenômeno da juventude como realidade plural, ou seja, não fala em juventudes, mas diz que há “diversidade de jovens”, o que não é a mesma coisa (DP, n. 1175). Supera a visão cronológica da juventude e afirma que ela representa “uma atitude frente à vida” (DP, n. 1167). Caracteriza-a com a postura inconformista, com “espírito de aventura”, criativa, compromissada com situações radicais, como “sinal de esperança”, que aspira à liberdade e à emancipação, que é sinal de “alegria e felicidade”, que “exige autenticidade e simplicidade” e é crítica das “hipocrisias e contravalores” (DP, n. 1168). Seu papel é “dinamizar o corpo social”, mas a visão do episcopado ainda se revela precária, tratando a juventude com insuficiente “preparação para um claro discernimento” diante das ideologias, produzindo desorientação diante do “conflito de gerações”, do consumismo, das drogas, do sexo e do ateísmo, manipulada pela política e sobre o seu tempo livre (esporte e meios de comunicação), que pode gerar algo sadio ou alienante (DP, n. 1170, 1171 e 1172).

Quando o capítulo aborda a questão da juventude feminina, observa-se ainda mais sua limitação, dizendo que essa juventude vive uma crise de identidade sobre a “missão da mulher hoje”. Apesar de se referir ao machismo, fala dos “elementos negativos referentes à libertação feminina” (DP, n. 1174).

De forma parecida com Medellín, que identifica a juventude como sinal da Igreja, Puebla afirma no n. 1178 que a juventude é “símbolo da própria Igreja”, pois a Igreja “é chamada à constante renovação de si mesma [...]”, frase de João Paulo II na Alocação Juventude. Essa é uma afirmação comprometedora “da” e “para” a Igreja. Será que houve nesses 40 anos essa “renovação de si mesma” ou uma “conservação de si mesma”, como critica o papa Francisco, propondo por isso uma Igreja em saída?

Pelo menos o DP reconhece que falta “uma boa planificação e programação pastoral que corresponda à realidade em que vivem [os jovens].” (DP, n. 1181). Diz, no n. 1184, que “a Igreja aceita suas críticas, por reconhecer-se limitada em seus membros [...]”. É importante que os jovens continuem sublinhando bem esse n. 1184 e lembrando sempre o episcopado do que disseram. Adiante, afirma que a Igreja confia neles e que eles “são a sua esperança”, que dinamizarão o corpo social e eclesial na AL, por isso ela quer oferecer uma pastoral orgânica e diferencial para os jovens (DP, n. 1186 e 1187). Infelizmente, no Brasil, a partir da reforma e do novo estatuto da CNBB (2003), isso não se tornou realidade, ao contrário, praticamente começou-se a “desmontar” a PJ e outras pastorais, atribuindo-lhe o *status* de movimento, quando não a combatiam.

Puebla indica ainda a importância da integração, articulação e intercâmbio da pastoral e movimentos de jovens, em seus diversos níveis e situações concretas (faixas etárias, estudantes secundaristas, universitários, operários, camponeses), tanto na pastoral de conjunto diocesana ou nacional como latino-americana. Isso já havia se iniciado e ganhou impulso a partir do DP (DICK, 2010). No aspecto da formação, destaca-se a “espiritualidade autêntica”, a “ação sociopolítica”, as mudanças estruturais, o senso crítico, a criatividade, e que se deveria facilitar para os jovens “os meios e áreas onde ponham em prática o seu compromisso.” (DP, n. 1193-1204).

A mensagem final do capítulo II merece ser retomada, pois indica um papel importante para a atuação das juventudes latino-americanas na pastoral, que deve continuar e inspirá-las, além de ter contribuído muito para isso: “Seja a pastoral juvenil uma pastoral da alegria e da esperança, que transmita a mensagem alegre da salvação a um mundo muitas vezes triste, oprimido e desesperançado, em busca da sua libertação.” (DP, n. 1205). É uma síntese final muito significativa e provocativa.

Mas mesmo que tenha havido boa recepção do DP, os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos, inclusive eclesiais, advindos nas décadas seguintes, aos poucos transformaram os cenários em todos os setores e

hoje convive-se com o grande crescimento dos sem religião, especialmente entre os jovens. Têm fé, mas desistiram das instituições, e uma fé mais privatista e projetiva. Por isso, refletir sobre Puebla e sobre a juventude 40 anos depois desse evento deve mobilizar todos, especialmente os jovens, para enfrentar os graves desafios do presente e do futuro. E como afirma o n. 1250, não se pode perder a esperança nos “jovens que, em breve, assumirão os destinos do continente.” Outra frase comprometedora que deve estar sempre presente na consciência das juventudes. E a educação, certamente, talvez seja espaço importante para a construção dessa esperança e compromisso.

3 O lugar da educação no Documento de Puebla

A educação, reconhecida como direito fundamental de natureza social, conquistou espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade em discussões promovidas nas Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano. Da Conferência do Rio de Janeiro (1955) à Conferência de Puebla (CELAM, 1979) podemos encontrar, nas linhas e entrelinhas, descrições e análises sobre a realidade de cada momento e do povo, dentre as quais também se encontra a realidade e os desafios educacionais, com especial enfoque no papel das escolas católicas.

No Rio de Janeiro, numa fase pré-conciliar, segundo a introdução dos Documentos do CELAM (2005), a Igreja deveria influir no mundo econômico-social pela iluminação, educação e ação, confirmando a “necessidade de um trabalho mais intenso e profundo de instrução e educação religiosa.” (CELAM, 1955, p. 5).

De forma mais expressiva em Medellín, na Segunda Conferência, numa fase pós-conciliar, há incentivos às ações pastorais e um forte apelo à justiça e à paz. Constata-se que a injustiça institucionalizada causa pobreza e a paz é fruto da justiça e do compromisso da Igreja com a libertação dos pobres. Neste aspecto,

Medellín compromete-se “no processo de transformação dos povos latino-americanos, fixa especialmente sua atenção na educação, como fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente.” (Medellín, 4,1).⁶

Portanto, pode-se afirmar que a educação ganha novos contornos e assume a concepção de educação libertadora. Inspiradas na concepção do educador Paulo Freire, a Igreja passa a participar de novas experiências em educação popular desenvolvidas nas campanhas de educação de base. Numa relação dialogal contribuiu para processos de humanização e atuação política.

Notoriamente, “a Igreja, acusada tantas vezes de chegar atrasada ao cenário dos conflitos sociais dos últimos séculos, pareceria então bastante adequada à consciência histórica desses tempos.” (SOUZA, 1997, p. 79) E, em meio a repressões políticas, exploração dos menos favorecidos, injustiças que se agravavam e o martírio de tantas lideranças que despontavam como vozes proféticas, ainda foi possível reconhecer que a religião articulava fé e vida:

o povo, tradicionalmente religioso, encontrava-se nos lugares de culto para suas celebrações, e ali ia tratando também de seus problemas concretos e cotidianos: terra para trabalhar, teto para viver, educação para os filhos, saúde, salários, emprego, transportes etc. Nos setores populares, não ocorre tão claramente a separação dos lugares sociais que a modernidade foi introduzindo: lugar político, cultural, religioso, privado etc. (SOUZA, 1997, p. 79).

Aqui podemos perceber o salto da Conferência do Rio à Conferência de Medellín: a Igreja vai além do propósito de ser luz, articula educação e ação, supera a visão de oferecer instrução religiosa e educação religiosa, torna-se viva, participa da realidade social, se constitui como espaço educativo, na relação dialogal para atuação política em busca de melhores condições de vida ao povo.

As práticas pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base convertem-se em espaços de aprendizagem à Igreja, ao mesmo tempo em que sofrem incompreensões por parte de alas conservadoras desta mesma instituição. O

⁶ Sobre a visão da educação em Medellín, ver Siqueira; Baptista; Silva (2018).

binômio libertação-conservação apresenta suas contradições na Conferência de Puebla, aproximadamente uma década após Medellín.

A palavra educação, no Documento de Puebla, aparece 103 vezes e é título do tópico 4, do Capítulo III, da 3ª. parte. Ocupa lugar de discussão nesse terceiro núcleo que tratou da “Evangelização na e pela Igreja na América Latina: comunhão e participação”, no subgrupo “Meios de comunhão e participação”, confiado à Comissão 16: “catequese, testemunho eclesial de vida, educação, meios de comunicação social.” (LIBANIO, 1979, p. 60). Traz como pilar a concepção que, “para a Igreja, educar o homem é parte integrante de sua missão evangelizadora, continuando assim a missão de Cristo Mestre.” (DP, n. 1012).

Na sequência dessa afirmação, chega a dizer que “a evangelização é, neste sentido, educação. Todavia, a educação enquanto tal não pertence ao conteúdo essencial da evangelização, mas ao seu conteúdo integral.” (DP, n. 1013). Os termos evangelização e educação foram confiados à mesma Comissão. Cechinato nos chama atenção para as diferenças que estes termos comportam:

Puebla fala também da “educação” lembrando que a Igreja, ao evangelizar, precisa também educar. De fato, existe uma diferença. Evangelização e educação são duas coisas distintas, embora devem andar sempre juntas. Evangelizar é levar o homem a viver a vocação cristã, enquanto educar é levar o homem a viver a sua vocação humana. A catequese está mais no lado sobrenatural, e a educação no lado natural. Mas as duas coisas deveriam andar juntas porque ser cristão supõe ser homem completo, e ser homem completo supõe ser filho de Deus, herdeiro de uma vida eterna, uma vez que o homem só encontra sua plena realização em Cristo, que é o “primogênito de todas as criaturas”, o “princípio e fim de todas as coisas”, o Senhor da vida e da morte. (CECHINATO, 1981, p. 134).

Uma análise situacional descrita entre os números 1014 e 1023 do DP traz temas importantes como: secularização da cultura, respeito às especificidades culturais de grupos étnicos e suas linguagens, crescimento de demanda e oferta de vagas nos espaços escolares, desafios das escolas católicas e das ações pastorais, influências ideológicas, deficiência na planificação educacional. Por fim, ressalta a importância da formação da comunidade educativa, assumida por alguns colégios, como “verdadeiros agentes de evangelização”.

Na realidade, a seu tempo, estes temas são apresentados como desafios fundamentais tanto quanto o direito fundamental à educação. Uma educação voltada à cultura que humaniza e transforma e, concordando com o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, diz: “o próprio homem humaniza o seu mundo, produz cultura, transforma a sociedade e constrói a história.” (DP, n. 1025/ GS 55). Sucedendo a essa configuração “educação, cultura, humanização, transformação”, proclama-se como cerne da questão que “a educação evangelizadora assume e completa a noção de educação libertadora” (DP, n. 1026). Para tanto, é necessário educar para o serviço, tornando os educandos sujeitos de seu próprio desenvolvimento e protagonistas da ação evangelizadora em todos os espaços, iniciando-se pela família. Poderíamos ousar dizer que, no início dos anos de 1980, pensar este novo modelo educacional seria pensar a formação de uma nova humanidade, continuando a “missão de Cristo Mestre”.

Com um olhar direcionado às sugestões pastorais, vale destacar o papel das escolas católicas em favorecer a democratização, a apropriação do conhecimento de forma crítica, sistemática e integradora. Acrescenta-se o apreço pela Pastoral Escolar e a formação de líderes e agentes de transformação, com efeitos diretos no planejamento participativo da educação popular, bem como a abertura dialogal, respeitando as diferenças e a realidade local, colocando-se a serviço dos marginalizados. Deve-se observar que a palavra escola aparece 30 vezes no Documento Final e é concebida como “estrutura de evangelização”. Nesse sentido, a escola, especialmente as escolas católicas, tem um papel importante no processo de evangelização, uma escola em pastoral, em toda a sua dinâmica. Daí a importância da Pastoral Escolar e da sua qualidade. E isso não significa transformar o componente curricular Ensino Religioso em espaço pastoral. Ele tem uma natureza própria e não pode ser reduzido à perspectiva confessional, à catequese (GRUEN, 1994).

Um destaque importante do texto é a visão de integração dos sistemas educacionais, público e privado, tecendo redes de cooperação em prol da formação de “cidades educativas”, onde a análise crítica estimularia um “compromisso

cristão voltado para esta infraestrutura básica para nossa civilização que não pode perder de vista a busca de cidadania.” (CAMPOS, 1999, p. 17)

Todas as proposições se mostram desafiantes e instigantes diante das rápidas mudanças pelas quais se enaltece o acelerado desenvolvimento. Ao mesmo tempo, tal desenvolvimento favorece as desigualdades de oportunidades. Diante dessa realidade, urge repensar o ambiente intelectual e universitário, considerando que “enquanto universidade, procurará sobressair pela honestidade científica, pelo compromisso com a verdade, pela preparação de profissionais competentes para o mundo do trabalho e pela pesquisa de soluções para os problemas mais angustiantes da América Latina.” (DP, n. 1059). E o melhor é que o Documento é complementado com a missão educativa, que consiste em

promover uma cultura integral capaz de formar pessoas que sobressaiam pelos profundos conhecimentos científicos e humanísticos: pelo ‘testemunho de fé perante o mundo’ (GE 10); pela prática sincera da moral cristã e pelo compromisso na criação duma nova América Latina mais justa e fraterna. Desta forma, contribuirá ativa e eficazmente para criação e renovação da nossa cultura, transformada pela força do evangelho, na qual o nacional, o humano e o cristão consigam harmonizar-se da melhor maneira. (DP, n. 1060).

Não temos como negar que o cenário acena para um mundo cada vez mais complexo. Uma das possibilidades de direcionar a educação, na tentativa de superar a fragmentação do conhecimento, é promover o diálogo entre campos disciplinares e áreas afins, permitindo o que Morin chamou de “religação de saberes” (MORIN, 2001), resultando numa universidade de serviço, sendo “flexível para responder ao desafio da própria região ou nação, mediante a oferta de breves cursos especializados, educação continuada para adultos, extensão universitária com oferta de oportunidades e serviços para marginalizados e pobres.” (DP, n. 1062).

A feição profética do Documento de Puebla, frente aos desafios de uma educação evangelizadora, denuncia a realidade de injustiças que se intensifica com o passar dos anos e parece tão atual após quatro décadas. Mas há que se considerar que temos uma fagulha de esperança diante do anúncio de uma educação que

humaniza, transforma e coloca-se a serviço dos marginalizados, mesmo que muitos pesquisadores sinalizem que a Conferência de Puebla não trouxe grandes avanços. Um exemplo dessas críticas pode ser encontrado em Comblin:

Catequese, testemunho, educação, meios de comunicação. Também não apareceram muitas novidades. São princípios muito gerais. Não se faz análise das particularidades da situação latino-americana; não se fala das causas das deficiências. Tudo isso é válido para todos os continentes sem distinção. A consequência foi que não se propôs nenhuma mudança. Há, porém, novas motivações para continuar fazendo a mesma coisa. (COMBLIN, 1999, p. 218).

A inspiração de “continuar fazendo a mesma coisa”, porém com “novas motivações”, como afirma Comblin, pode ter sido entusiasmante para educadores, movidos pela esperança de um mundo melhor, com uma educação mais equânime, tendo como centro os educandos, sujeitos plenos à aprendizagem, a processos históricos construtores de sentidos. Poderíamos fazer uma analogia e arriscar que a educação deveria também fazer uma opção preferencial pelos educandos, que se transformaria através das relações dialogais, se libertando de jugos que exploram os mais pobres, os analfabetos e os que sofrem com as desigualdades. Nas palavras de Villas Boas, seria dizer que

Puebla é herdeira da recepção do Concílio Vaticano II, feita por Medellín a respeito da educação, a partir de um modo de olhar a realidade, a saber, a realidade dos que mais sofrem, e desde esse lugar de fala pensa não somente no papel fundamental da educação na transformação da realidade dos países latino-americanos, mas entende a missão educadora como parte integral da evangelização. [...] Puebla, aprofundará tal consciência e assumirá sobretudo o papel da educação na cultura, penetrando nos valores e desvalores determinantes de uma consciência coletiva. (VILLAS BOAS, 2019, p. 414).

Neste universo, a Igreja desempenha há séculos um papel fundamental, e em se tratando da Igreja na América Latina, há uma “teologia latino-americana com feição e características próprias” (LIBANIO, 1979, p. 73). Pode-se dizer o mesmo sobre a educação. Na América Latina, a educação assume feições próprias de acordo com a realidade dos vários países, e similitudes e distanciamentos podem ser percebidos.

No Brasil, com tantos educadores e educadoras atuando em redes formais e em organizações não formais, pode-se encontrar formas criativas e experiências próprias de uma educação evangelizadora, assumindo plenamente um modelo educacional de qualidade, possibilitando o acesso e a permanência de todos em ambientes escolares, contribuindo para a construção de “comunhão e participação”, afirmando as opções preferenciais pelos pobres e pelos jovens, como defende o Documento de Puebla.

Conclusão

Passados 40 anos da Conferência de Puebla não há como negar sua forte presença ainda hoje na vida da Igreja latino-americana. Conforme Luiz Alberto, esse evento foi “ponto de chegada de uma década riquíssima em práticas pastorais, completando e ampliando Medellín” (SOUZA, 1999, p. 231). Mas também ponto de partida para se continuar avançando. O fato é que o pontificado de Francisco mostra que essas sementes, às vezes cultivadas no sangue de milhares de mártires, como Dom Oscar Romero, que esteve e atuou nessa Conferência, além de outros bispos como Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo e tantos mais, continuam germinando e dando mais frutos.

Isso não significou que o evento não tivesse limitações, como bem as mostrou Jon Sobrino (2019, p. 11): “1. Fala *dos pobres e da pobreza*, mas não fala do *povo crucificado*. 2. Fala da *opção pelos pobres*, mas não fala de *defendê-los*. 3. Fala das *idolatrias concretas*, mas [...] [não] dos *mártires que elas produzem*. [E] 4. [...] o problema da fraternidade e das tensões dentro da hierarquia”.

Além dessas críticas de Sobrino, ainda se pode perguntar se a opção pelos jovens foi efetivada e o que aconteceu com ela nos últimos tempos, e também concordar com Comblin (1999, p. 218) sobre suas observações quanto ao setor de educação: “princípios gerais – [...] [e] não se propôs nenhuma mudança”.

Mas fazer memória não é repetir e muito menos viver no saudosismo. É enfrentar os novos horizontes de expectativa, os novos desafios, a partir dos espaços de experiências vividos e dos sonhos de outros mundos possíveis (KOSELLECK, 2006). Hoje, Francisco, bispo de Roma, representa esse espírito revolucionário que alimenta esses sonhos, atuando e provocando a Igreja e a sociedade mundial nos mais diversos campos: na questão da Migração, na Ecologia (*Laudato Sí* e o Sínodo da Amazônia em 2019), e agora na sua convocação aos economistas jovens para pensar uma nova economia (evento previsto para o segundo semestre de 2020) e aos educadores para fazerem um “pacto educativo global” (evento previsto para outubro de 2020). O espírito do Vaticano II, assim como de Medellín e Puebla, avança e é possível continuar esses sonhos e transformá-los em realidade, com a “alegria do evangelho”.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Fernando Bastos de. Em Torno a Puebla I. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 47-51, jan. 1979. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2332/2605>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; MILANI, Ana Maria. A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: o endividamento estrutural. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, p. 677-691, dez. 2003.
- BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. **Sua santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- CAMPOS, José Benedito. Repensando a educação: uma reflexão memorial sobre o vigésimo aniversário da 3ª Conferência Episcopal Latino-americana realizada em Puebla (México – 1979). **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 27, p. 7-18, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.
- CECHINATO, Luiz. **Puebla ao alcance de todos**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CELAM. **Documentos do CELAM**: Rio de Janeiro, Medellín, Puebla, Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2005.
- CNBB. **Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998. (Estudos da CNBB, 76).

COMBLIN, José. Puebla de Los Angeles. **Vida Pastoral**, São Paulo, jul./ago. 2006. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilios/puebla-de-los-angeles-27-de-janeiro-a-13-de-fevereiro-de-1979/>. Acesso em: 29 out. 2019.

COMBLIN, José. Puebla: vinte anos depois. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 31, n. 84, p. 201-222, 1999. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/830/1261>. Acesso em: 19 dez. 2019.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 3., 1979, Puebla de los Angeles, México. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões Puebla**, texto oficial da CNBB. 4. ed. São Paulo, São Paulo: Loyola, 1979.

DICK, Hilário. Resgate histórico da pastoral juvenil latino-americana. Visão Sintética. **3º Congresso Latino-Americano da Pastoral Juvenil, Los Teques, Venezuela, setembro de 2010**. Disponível em: https://www.pjlatinoamericana.org/documents/Congresos/Resgate_historico_da_pastoral_juvenil_latino-americana.pdf. Acesso em; 20 dez. 2019.

FRANK, André Gunder. **A acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRUEN, Wolfgang. **Ensino religioso na escola**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

HORTAL, Jesus. As eclesiologias de Puebla. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 11, n. 24, p. 83-96, 1979. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2133/2427>. Acesso em: 19 dez. 2019.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006.

LIBANIO, João Batista. Introdução. In. CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 3., 1979, Puebla de los Angeles, México. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões Puebla**, texto oficial da CNBB. 4. ed. São Paulo, São Paulo: Loyola, 1979. p. 55-79.

MENDES, Dom Luciano. Dom Luciano fala sobre Puebla. **Vida Pastoral**, São Paulo, maio-junho 1979. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/entrevistas/dom-luciano-fala-sobre-puebla/>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MINÁ, Gianni. **El papa y Fidel: que futuro espera a América Latina?** México: Grijalbo, 1999.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi**, 18 dez. 1975. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SBARDELOTTI, Emerson. A Teologia da Libertação e a opção pelos jovens. *In*: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson. **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe. Opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 262-274.

SCHMITT, Carl. **Catolicismo romano e forma política**. São Paulo: Hugin, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Religião, tradição e revolução: o catolicismo nas veredas da política – O jornal Brasil, Urgente – 1963/64**. Curitiba: CRV, 2011.

SILVA, Wellington Teodoro da; ROCHA, Daniel. Pastoral da Juventude do Meio Popular e Puebla: análise histórica da recepção das “opções preferenciais pelos jovens e pelos pobres”. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 61, p. 62-80, jan./abr. 2019.

SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SILVA, Wellington Teodoro da. A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a educação e a juventude. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 648-676, 31 ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p648>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SOBRINO, Jon. Prefácio. *In*: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson. **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe. Opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 11-18.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Religião e juventude: os novos carismáticos**. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. A igreja católica e a questão social. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 76-80, 1997.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Em torno a Puebla III. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 71-81, jan. 1979. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2332/2605>. Acesso em: 19 dez. 2019.

TAMBS, Lewis (ed.). Documento Santa Fe I. Las relaciones interamericanas: Escudo de la seguridad del nuevo mundo y espada de la proyección del poder global de Estados Unidos. **OFF News Info para el desarrollo sostenible**. Disponível em: <http://www.offnews.info/downloads/santafe1.PDF>. Acesso em: 21 dez. 2019.

TEJADA, Aurélio Alonso. **Iglesia y política en Cuba revolucionária**. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 1997.

VILLAS BOAS, Alex. Educação em Puebla. *In*: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (org.). **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe. Opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019.